

A violência social e o tom da mídia

*Marlene Branca Sólío**

Resumo

Estas reflexões nasceram do projeto de pesquisa “Violência: um discurso que a mídia cala”, que analisou o tratamento dado pela mídia impressa à violência urbana. O corpus da pesquisa constituiu-se da análise dos jornais Pioneiro, Correio do Povo, Zero Hora e Folha de S. Paulo, no período de abril a julho de 2009. A investigação apoiou-se na Dialética Histórico-Estrutural (DHE), com Análise do Discurso (AD), centrada, principalmente, nos estudos de Foucault. O artigo pretende mostrar que a objetividade da mídia é relativa e que seu discurso associa-se a interesses políticos e econômicos em sintonia com a ideologia de grupos dominantes.

Palavras-chave

Ideologia; mídia impressa; linguagem jornalística

Abstract

These reflections become from the research project “Violence: a speech that the media is silent”, which analyzed the treatment given by the print media to urban violence. The research corpus consisted of analysis of the newspapers Pioneiro, Correio do Povo, Zero Hora and Folha de São Paulo, from April to July 2009. The research was supported in Dialectical Historical-Structural (DHE), with discourse analysis (DA), focusing mainly on studies of Foucault. The article shows that the objectivity of the media is relative and that his discours is associated with political and economic interests in line with the ideology of dominant groups.

Keywords

Journalism; violence; print media

* Doutora em Comunicação Organizacional (PUCRS); Mestre em Comunicação (Unisinos); Especialista em História Contemporânea (Unisinos). Professora do Centro de Comunicação da Universidade de Caxias do Sul.

1. Introdução

Para a análise, nosso ponto de partida foi o texto noticioso, estereótipo do texto jornalístico, que apregoa características como objetividade, neutralidade e clareza nas informações. Em seguida, estudamos o conceito de ideologia, com base em Althusser, partindo, depois, para o estudo do conceito de poder, com Foucault. Relacionando os três conceitos, partimos para a leitura atenta dos jornais selecionados (em torno de 100 exemplares), que nos mostrou que, por trás da aparente isenção dos veículos corria outro texto, às vezes difícil de detectar, mas nem por isso inocente. Percebemos uma tentativa clara de correspondência nos pares pobreza urbana/criminalidade violenta e criminalidade/ juventude.

2. O papel do jornalismo

Na tentativa de compreender essa “sombra de texto”, devemos buscar uma definição do que seja notícia. Temos, com Motta (2002, p. 308), que “notícia seria o ‘anormal’, aquilo que é contrário à ordem habitual das coisas, contrário às normas.”

Assim, a notícia deveria, por obrigação, traduzir um rompimento com a ordem natural das coisas. Exemplo que não deixa dúvida é a veiculação nacional, em abril/2012, de matéria sobre um trio de canibais, presos em Garanhuns, agreste de Pernambuco, acusados de ingerir os restos mortais de suas vítimas que seriam, pelo menos, oito.

Para nossa reflexão, é interessante destacar quatro critérios substantivos elencados por Wolf (1995, p. 180-184), no conteúdo que passa a ocupar diferentes meios de comunicação: (a) o grau e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos; (b) o impacto sobre a nação e os interesses nacionais; (c) a quantidade de pessoas envolvidas; e (d) a relevância e o significado quanto ao futuro. Ou seja, para um fato gerar uma notícia é necessário atender a um conjunto de pré-requisitos. O que ocorre é que nem sempre eles tais pré-requisitos são considerados pelo jornalista/empresa jornalística, apressado(s) em construir a notícia (*Newsmaking/Agenda setting*), ou pelo veículo, interessado(s) em uma pré-seleção dos fatos (*Gatekeeper/ highlighting*).

Parece-nos importante dar relevo ao fato de que a produção e a circulação da notícia precisam ser olhadas de modo multifocal. Não podemos desprezar os aspectos culturais, as relações sociais, as pressões políticas e tampouco as implicações econômicas, variáveis que atravessam, simultaneamente, essa questão (SÓLIO, 2010).

A notícia, para Genro (1987), é a unidade básica de informação do jornalismo. Os fatos jornalísticos, objeto das notícias, constituem a menor unidade de significação. Conforme o autor, “o jornalismo é, em certo sentido, uma espécie de simulação da imediatividade, já que a realidade distante é reconstituída enquanto singularidade.” (p. 135). Assim, no jornalismo, temos uma linguagem indicial que envolve contiguidade, diferente daquela que está na base da linguagem cotidiana. É verdade, como diz Lage (1985), que a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo do mundo exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, como sugere Genro.

Traquina (1993) assinala muito bem que a notícia pode ser o fato, sua versão, ou o metafato. O meta-acontecimento não é regido pelas regras do mundo natural, mas pelas regras do mundo simbólico, e articula as instâncias enunciativas do sujeito (repórter) e do objeto (o fato), os agentes e os atores.

Baudrillard (1997, p. 80) afirma que “por trás de cada informação, um acontecimento desapareceu; sob a cobertura da informação um a um os acontecimentos nos são retirados”. Isso nos faz lembrar o “ofuscamento do saber”, a “falsa clareza” de que falaram Adorno e Horkheimer (1986) em seus estudos críticos. E Foucault lembra que o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Diz o filósofo:

Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros, ou de qualquer forma de registro, em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam e a conseqüências por elas provocadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 1986, p. 57)

No cotidiano da imprensa, ao lermos as páginas policiais, alguns “endereços” da violência se repetem sistematicamente, sem que haja, porém, uma preocupação que atavesse sinais na busca do processo gerador dessa violência. A ausência de uma análise inter/transdisciplinar sobre a questão, em nosso ponto de vista, denuncia um embate entre a lógica econômica (um veículo de comunicação é uma empresa) e a

lógica simbólica da imprensa (instituição cujo papel é participar da construção da opinião pública).

Marcondes Filho, em *A saga dos cães perdidos* (2000, p. 109), afirma que o clichê constrói antecipadamente a notícia. Ou seja: “Jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo, ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los).”

3. Falar em ideologia caiu de moda

Em *Violência: um discurso que a mídia cala* (2010), dissemos que contemporaneamente, discussões em torno do conceito de *ideologia* tendem a receber olhares de desconfiança, como se alguém houvesse sacudido um casaco guardado no armário há muito e, portanto, envolto em grosso manto de bolor. Lembramos, também, que Giddens é direto quando diz que a “ideologia pertence à velha era de política de classes, ou seja, classe contra classe, o que, segundo ele, não é o mais importante na era atual. (apud PINTO, 2008, p. 20). Na contramão das afirmações, resgatamos conceitos visitados por Althusser (1974, 1985, 2003), e que nos parecem bastante atuais, principalmente se observarmos ideologia como estratégia de luta pelo poder, empreendida por grupos organizados em torno de interesses comuns, mesmo que ocasionais, um conceito, portanto, mais permeável do que o de classes no viés marxista. (SÓLIO, 2010).

Para Althusser, ideologia é o modo imaginário como os indivíduos representam suas reais condições de existência. Entende-a como um espelho duplo, e essa estrutura especular garante: a interpelação dos

indivíduos como sujeitos; – sua submissão ao sujeito; – o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o sujeito, e entre os próprios sujeitos, e o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo; – que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo, tudo estará bem. (ALTHUSSER, 2003, p. 102-103).

O autor faz, ainda, uma relação com a proposição de Freud, quando diz que o inconsciente é eterno,¹ e, portanto, não tem história. (p. 84). Na visão althusseriana, os indivíduos estão submetidos a relações sociais determinadas em uma sociedade de

¹ Para Freud “os processos Ics. [inconscientes] são intemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não tem absolutamente qualquer referência ao tempo.” A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs. [consciente]. (FREUD, 1974, p. 214)

classes e perpetuam, atualizam e modificam as estruturas de dominação existentes nessa sociedade. Nas relações sociais, não são os indivíduos humanos enquanto tais que agem, mas os indivíduos humanos tornados sujeitos – indivíduos-agentes – pela ideologia. O indivíduo-humano é indivíduo-agente, ou seja, sujeito social, na medida de sua socialização. Com ela, ele aprende o desejável e o indesejável, os códigos sociais. Para Althusser (2003, p. 94-95), “a ideologia é material, pois existe em um aparelho e em sua prática ou práticas”.

Além da qualificação, a reprodução da força de trabalho exige uma reprodução de sua submissão à ordem estabelecida. Dessa forma, a reprodução da ideologia dominante pressupõe um combate permanente e subordinado à luta de classes. E uma estratégia eficaz nesse sentido é apagar da memória do “sujeito assujeitado” a noção de classe/pertença, ou seja: o corporativismo. Assim, entendemos que a tentativa de apagamento do conceito de classes, bem como a tentativa de apagamento de questões ideológicas seja, justamente, uma estratégia ideológica.

A igreja, a escola, a família, a estrutura jurídica, a política, os sindicatos e os sistemas de informação e entretenimento, entre outros, constituem os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que vão, no plano institucional, segundo Althusser (2003, p. 19), garantir a difusão da ideologia da classe dominante, de forma predominante pela persuasão, mas, em alguns momentos, com o uso, também, da coerção, o que não garante a isonomia entre o que a instância da enunciação busca imprimir na recepção e o que de fato acontece.

É recorrendo aos mecanismos da interpelação/reconhecimento que a ideologia, atualizada na vida social, produz a transformação de indivíduos em sujeitos. Brandão (1996, p. 23) pontua que “o reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos”. Vale lembrar, então, o engajamento de muitos dos profissionais do jornalismo na reprodução de estereótipos atualizados no discurso midiático (SÓLIO, 2010).

Duas matérias analisadas ao longo de nossa pesquisa mostram isso: as edições ZH de 28 de março e de 8 de abril noticiam *Alerta verde para enfrentar Abril vermelho e Temor de invasões no estado mobiliza policiais uruguaios*. O texto sugere que o MST esteja prestes a desencadear processos de invasão, sempre de modo reticente, justificando ações ruralistas de “proteção”, o que as desenha como defesa, e não como

ataque, na tentativa clara de fortalecer o estereótipo de agressores e malfeitores dos integrantes do MST na população.

Martino (2009, p. 33-34) lembra bem que “vivemos entre dois mundos – o mundo real e o mundo da mídia. [...] A fronteira entre eles não é fácil de identificar; a maneira como a mídia apresenta um evento tende a torná-lo ‘real’ para um grande número de pessoas.”

É importante ressaltar, ainda, com o autor, que “a mídia igualmente lhes dá um novo significado na medida em que esse evento é recontextualizado e transformado”.

Podemos recorrer aqui aos conceitos de verdade histórica e de verdade material levantados por Freud (1996). A verdade material denota conteúdo recalcado, enquanto a verdade histórica denota o retorno do reprimido, que passa por uma deformação, cujo objetivo é, pelo menos, reduzir o sentimento de culpa – no caso das organizações “dizendo” que “é assim, sempre o foi e deve permanecer”.² Ou, então, justificar um jornalismo que, tendencioso e a serviço de um grupo determinado, encobre-se com uma falsa bandeira de objetividade e isenção quando, na verdade, está a serviço do poder econômico e político de uma elite dominante e não da sociedade como um todo. Podemos tomar como exemplo o caso amplamente divulgado pela grande imprensa (e depois denunciado principalmente pela imprensa *blogueira*), da agressão ao então candidato à presidência da República José Serra com um objeto que, depois foi esclarecido, era uma bolinha de papel amassado. O desmascaramento da montagem de um vídeo foi antecedido, inclusive, pela cobertura da imprensa ao exame médico a que foi submetido o candidato “agredido”.

4. Por trás de tudo, o poder

Foucault explicita, em *Microfísica do poder* (1979), que o poder se pulveriza na sociedade em inúmeros poderes. Ele não existe, senão em ato e exercido por uns em relação a outros. Não é, tampouco, uma entidade unitária e estável, diz o autor. Ele está intimamente ligado às relações que se desenham a partir de condições históricas,

² Parece-nos ilustrativo mencionar Bauman, quando, referindo-se aos oficiais alemães no Holocausto judeu, diz que “o ideal da disciplina aponta para a total identificação com a organização – que, por sua vez, só pode significar disposição de obliterar a própria identidade separada e sacrificar os próprios interesses (por definição, interesses que não coincidem em parte com a tarefa da organização). Em ideologia organizacional, a disposição para esse tipo extremo de auto-sacrifício é enunciada como uma virtude moral; na verdade, como a virtude moral destinada a pôr fim a todas as demais exigências morais”. (BAUMAN, 1998, p. 41).

portanto complexas e que implicam efeitos múltiplos, nem sempre previsíveis, e que podem dar-se fora do próprio campo do Poder. Para Revel (2002): “Isso implica dizer que a subjetividade tem papel de destaque nas relações de Poder.” (p. 67).

Segundo Revel (2002), a análise da noção de poder, pautada em Foucault, demanda que pensemos no sistema de diferenciação, condição de emergência e causa de poder; no objetivo da ação sobre a ação dos outros; nas modalidades instrumentais do poder; nas suas formas de institucionalização e no seu grau de racionalização, em função de alguns indicadores. Foucault (1979) não dispõe em campos opostos o poder e a liberdade, na medida em que a resistência a ele está em seu próprio interior.

5. Nossos dias

Em um estado neoliberal, a tecnologia informacional assume papel relevante na determinação de processos/relações sociais em sintonia com a ideologia das elites dominantes. Esse domínio se atualiza de diferentes maneiras, e o recorte de nossa análise é o jornalístico, que alcança profunda repercussão na comunidade, na medida em que ela o legitima como verdadeiro, objetivo, imparcial e neutro acima do bem e do mal, lugar onde estaria, também, a ciência. (TRAQUINA, 2001).

Entendemos que o discurso jornalístico afeta o autoconceito do público sistematicamente. Acreditamos que a construção da imagem e da realidade social está diretamente relacionada ao fato de o sujeito ver-se no Outro de modo mais intenso do que vê a si (SÓLIO, 2010). E, quando não encontra um Outro consciente de suas limitações e poderes, acaba por confundir as noções básicas de convivência social, como ética nas relações.³

A facilidade de manipulação das consciências sociais encontrada pela mídia não pode, entretanto, ser analisada simplesmente pela teoria behaviorista. Podemos lembrar o princípio do *anel recursivo* (MORIN, 2005), em que produtos e efeitos são eles próprios produtores e causadores daquilo que os produz. Assim, talvez, se possa perceber na mídia, por meio de um discurso insistentemente repetido, a competência

³ Para Bakhtin, “a verdadeira substância da língua [...] não é constituída de um sistema abstrato de formas lingüísticas [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”. Para o autor, o *outro* desempenha um papel fundamental. O sujeito é inconcebível fora das relações. “Não tomo consciência de mim mesmo, a não ser através dos outros, é deles que recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro (BAKHTIN, 1995, p. 123.)

para tornar crescentemente difusa a capacidade perceptivo-cognitiva dos sujeitos. Como já dissemos em *Violência: um discurso que a mídia cala*, tecnologia, mídia e discurso midiático são resultantes de um processo de simbolização gerado pelos sujeitos que, assim, tanto podem ser vistos como produto de uma sociedade que os sufoca e aliena quanto produtores de uma sociedade alienante.

Sob essa perspectiva, a grande discussão se coloca no sujeito e na dialética das relações que ele estabelece ao recorrer, para tanto, a mecanismos e conceitos como os de ideologia, Estado, liberdade e a todo um arcabouço teórico do qual ele (sujeito) acaba por parecer alienado e ao qual acaba se assujeitando, o que não pode ser pensado como casual/acidental. Se, em um primeiro momento, o motor desse processo seria a necessidade de segurança e o próprio convívio, na etapa subsequente, dá impulso a disputas pelo poder e à sua manutenção.⁴

Assim, talvez se possa pensar a possibilidade de o sujeito não estar irrevogavelmente preso à condição de sobrevivência/miséria/dependência/ignorância. O que acontece é o apagamento de sua capacidade perceptivo-cognitiva com uma espécie de “cortina de fumaça” tecida com subterfúgios, como o discurso midiático, e uma série de instituições que determinam comportamentos/reprimem reações, em nome de uma entidade que, até recentemente, encontrou concretude, mas que, na sociedade contemporânea, parece fadada a desmascarar quem, na verdade, detém e manipula o poder. Nossa pesquisa desenvolveu-se justamente na direção de denunciar uma naturalização entre as noções de pobreza e violência e mesmo entre violência e juventude (pobre), alimentada pelo discurso midiático.

Os meios de comunicação oferecem forte contribuição no sentido de desfocar a atenção em relação às efetivas causas da situação precária desses atores sociais, enquanto fortalecem, no imaginário social, um verdadeiro estereótipo de violência, usando como estandarte, na verdade, o “sintoma”, e isolando o episódio selecionado do contexto social em que ocorre (SÓLIO, 2010).

Podemos destacar diversas matérias publicadas nos veículos selecionados, em que a questão da juventude é evidente, mesmo que inconsistente. São categorizados

⁴ Assujeitamento ideológico “consiste, de acordo com o pensamento althusseriano, em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social. É o mesmo que interpelação ideológica”. (BRANDÃO, 1996, p. 89).

como jovens, sujeitos que vão da minoridade aos 29 e 32 anos de idade,⁵ como vemos na matéria *Dois homens acabaram presos (jovem nega tentativa de assalto)*.⁶ O jovem a que alude a matéria, tem 32 anos de idade. Em outra matéria, a referência é a uma mulher, com 29 anos de idade, também categorizada como “jovem”. E, na matéria *Crime em Caçapava* (ZH de 27 de julho de 2009, p. 31, Editoria de Polícia), o “jovem” criminoso tem 27 anos de idade.

Bakhtin (1995) afirma que a palavra é o lugar onde as classes disputam poder. Brandão (1996) conclui que: “Portanto, podemos dizer que os diversos discursos materializam-se em ‘visões de mundo’ das diferentes classes sociais com seus interesses antagônicos: são as várias formações ideológicas correspondentes às várias formações discursivas.” (p. 52). Além disso, Pêcheux (1988, p. 169) esclarece que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. Parece importante destacar, assim, que a linguagem pode funcionar como centro de poder. E justamente por isso a engrenagem midiática desenvolve um esforço redobrado e normalmente competente no sentido de minimizar a capacidade reativa do sujeito, que, via de regra, acaba por realimentar o discurso que recebeu. Temos na mídia a ausência da crítica, da reflexão, da diversidade de pontos de vista: um discurso tautológico da violência por ela própria.

Normalmente, os jornais se limitam a informar gênero, idade, condição de trabalho (empregado ou desempregado), no registro de ocorrências criminais. O desemprego estrutural não entra em questão, e, se o infrator/criminoso estiver empregado, a empresa onde trabalha não é mencionada. Desemprego e crime são relacionados de forma direta, sem tangenciar o modo como a sociedade está organizada. Dessa forma, o veículo de comunicação impressa colabora para a exclusão/o preconceito, ao promover diferenças entre os membros de uma comunidade e acaba por estabelecer/criar estereótipos. É preciso pontuar que o sujeito-narrador é, antes disso, um sujeito social.

⁵ De modo geral, uma percepção mais ou menos universal sobre a noção de juventude a “caracteriza por seu marcado caráter de limite”, situada que está “no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da vida adulta”. (LEVI; SCHMITT, 1996. p. 8). A Unicef define como adolescentes os jovens entre 12 e 18 anos.

⁶ *Jornal Pioneiro*, número 10.374, 18 mar. 2009, p. 16. Editoria de Segurança. A mesma edição registra o assassinato de um estudante universitário em um motel. O título *Jovem foi assassinado em motel* chama a atenção para a vítima, antes de focar o fato em si: o crime.

Não podemos simplesmente crer que o sujeito social seja apenas resultado da repressão/manipulação, mas, sim, construtor dela, em permanente disputa pelo poder. Podemos inferir, também, que a tecnologia informacional não tem poder por si mesma. O que parece acontecer é que sujeito/grupos organizados, na disputa pelo poder, cria(m) entidades às quais delega(m) legitimidade/autoridade de discurso, ou seja, a mídia se atualiza como algo independente e regulador do comportamento social, cada vez mais atenta às possibilidades de reação/fuga do sujeito.

Isso fica evidente quando analisamos a matéria *Justiça – Acusado tenta trancar ação de custo de lavagem de dinheiro de R\$ 2,2 bi* (na Editoria de Economia), página 28 do jornal *ZH* de 7 de maio de 2009, quinta-feira.

Ela foi deslocada para a Editoria de Economia, quando seu conteúdo está eminentemente relacionado à criminalidade. Entendemos a distorção como verdadeiro ato de violência da mídia em relação à sociedade a que deveria servir. Essa postura traduz com clareza o título que atribuímos à pesquisa. Esse tipo de violência impingido por determinados grupos sociais articulados com o poder, assim como a descontextualização de episódios relacionados à criminalidade são o discurso sobre violência do qual a mídia não fala.⁷

Para elucidar a estratégia, podemos recorrer ao modelo de comunicação *Framming Effects* ou efeito de enquadramento, “que integra o macro-nível da mídia com o micro-nível da vida cotidiana”. (MARTINO, 2009, p. 42). O autor apresenta um exemplo de como se efetua o enquadramento: “Quando com um jornal o chapéu ou selo da notícia indica o tema, por exemplo, ‘terrorismo’, o leitor já sabe que a informação a seguir deve ser vista a partir

⁷ *STF nega liminar a ex-diretor da Bombril / – Acusado de participar de um megasquema de lavagem de dinheiro, entre outros crimes, o ex-diretor da Bombril Joamir Alves não obteve o pedido de liminar para trancamento da ação penal à qual responde, conforme solicitado por sua defesa ao Supremo Tribunal Federal. A decisão, do ministro do STF Joaquim Barbosa, foi publicada na última terça-feira. De acordo com a acusação entre 1996 e 2001, a Bombril fez junto com outras empresas uma operação de lavagem de dinheiro envolvendo R\$ 2,2 bilhões. As investigações sobre o caso apontaram que o esquema terá envolvido produção de documentos forjados e registro de falsas declarações ao Banco Central para ocultar a finalidade das transferências internacionais. O Ministério Público Federal chegou a qualificar o caso como “a maior lavagem de dinheiro operada no Brasil, a partir de uma única empresa, agravada pela circunstância de haver se valido do nome prestigioso que possuía no mercado”. *Executivo sustenta que não houve direito a ampla defesa* – Por ter sido diretor financeiro e de relações com investidores e superintendente da Bombril nos anos 2000 e 2001, Alves responde ao processo. Nos autos, a defesa do executivo afirma que sua conduta criminoso não foi devidamente individualizada na denúncia, constituindo-se como genérica e não permitindo o direito a ampla defesa. Também afirma que ele não foi o responsável pelos atos apontados, figurando como denunciado apenas por pertencer ao contrato social da empresa. Barbosa negou o pedido de liminar para trancar a ação penal argumentando que a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada acusado não é necessária, bastando a denúncia permitir o direito de ampla defesa, o que teria sido assegurado.*

de sua relação com o tema. É possível relacionar o efeito de enquadramento com uma teoria do conhecimento.” (p. 42).

Esse expediente está no jornal *CP*, de 11 de junho de 2009, à página 21, Editoria de Polícia: *Susepe contrata 210 servidores*.

O Governo do Estado, através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Secretaria da Segurança Pública (SSP), está contratando, emergencialmente, 210 servidores, sendo 26 advogados, 110 assistentes sociais e 74 psicólogos, para exercerem suas funções nas regiões penitenciárias da secretaria.

Publicada da forma como o foi, e na Editoria de Polícia, a matéria soma muito mais como alerta ao fantasma presente da violência do que para a qualificação da infraestrutura do estado na prevenção/repressão à criminalidade.

Como evidencia Caleiro (2003, s. p.),

nessa confusão acelerada, reflexiva e sempre aparentemente consensual o que é e o que não é violência passa a ser determinado por um aparato midiático que tem no capital a base (estrutura físico-operacional), o meio (comercialização de espaços/tempo viabilizando a produção) e o fim (retorno em forma de audiência/público proporcionando o lucro). Cria-se, em decorrência, um quadro valorativo a partir de valores subjetivos, que camuflam a violência enquanto estrutura e espetacularizam as manifestações cotidianas de delinquência que dela decorrem.

Catástrofes e temas ligados à insegurança pública, como agressões, assassinatos e terrorismo são importantes, também, para o Estado (exemplo disso é o “11 de setembro” para os Estados Unidos) que pode, assim, legitimar seus aparelhos repressivos. Como lembra Sodré (2006, p. 97), “as ideologias políticas dão lugar pouco a pouco a ideologias de segurança pública”.

É importante lembrar que “as práticas discursivas não [são] pura e simplesmente modos de fabricação de discursos”. (FOUCAULT, 1986, p. 12). As práticas discursivas trazem consigo um código, a *ordem do discurso*, que vai determinar o que pode e o que não pode ser materializado pelo enunciado, “que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização e que coloca, por conseguinte, desde sua existência, a questão do poder, que é o objeto de uma luta e de uma luta política”. (p. 139).

Pêcheux preocupa-se em inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes. Ele reconhece e cita Balibar (apud BRANDÃO, 1996, p. 34): “se a língua é indiferente à divisão das classes sociais e à sua luta [...] essas (classes sociais) não o são em relação à língua a qual utilizam de acordo com o campo de seus antagonismos”. Para a autora, os protagonistas do discurso representam lugares determinados na estrutura de uma formação social. (p. 36).

Concebida por Foucault (1986), a noção de *formação discursiva* é um elemento central na articulação língua/discurso. Ela aparece no autor quando ele busca relacionar condições históricas e condições discursivas em cujo interior estabelecem-se os sistemas de saber, o que será objeto de atenção também em Pêcheux.

A formação discursiva envolve a *paráfrase* e o *pré-construído*, sendo que esse merece atenção, pois significa aquilo que remete a uma construção interior e exterior, independente, por oposição ao que é construído pelo enunciado. Segundo Pêcheux (2002), ela é fundamental para a articulação da teoria dos discursos com a linguística, é o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-aí.

O discurso da mídia impressa frente à violência engendra falácias e deixa à mostra incongruências quando desinstala a fonte de sua competência como tal e, unicamente, a submete ao jargão, ao clichê, ao estereótipo. Ouve-se um discurso oficial enquanto o das vítimas, muitas vezes, é sonogado. Talvez aqui possamos pensar no *highlighting*, que se traduz em maneira semelhante de captar, codificar e memorizar informações recebidas. Seria nada menos que a seleção dos aspectos salientes de um acontecimento, ação ou personagem, “que se obtém anulando os aspectos previstos e tudo o que não pareça ser suficientemente importante, novo, dramático”. (WOLF, 1995, p. 220).

6. Considerações finais

Não há escrita inocente, como não há leitura inocente. Na intenção da comunicação, o que se coloca é a permanente disputa de poder. O discurso é o cenário onde são representados os mais diversos papéis, a arena onde atores exibem seu talento, na disputa pelo “melhor lugar”.

Em tempos de rede, nada está isolado, unitário, solo. Forças em relação se atualizam permanentemente, e não podemos esquecer que elas passam pelo discurso, onde, já disse Lacan (2006), o homem se constitui.

Esse constituir-se representa o que há de mais simbólico na historicidade. É preciso desalojar nossa complacência e verificar o que realmente faz sentido. Isso foi o que procuramos esclarecer, mesmo que tenhamos lançado sobre o tema uma réstia de luz muito tênue. Se não é possível concluir, é possível entender que os mecanismos propostos por Althusser (2003) identificados pela sociedade que em reação a eles se organiza, escondem o propósito da manipulação midiática.

Tornar o leitor menos crédulo significa abrir sua visão para um espaço polifônico, para a possibilidade ampliada de uma multiplicidade de estratégias de enunciação e construir/discursivar a “realidade” não a partir do medo, mas da pluralidade e diversidade, como incentivam Lago e Benetti (2008). Entendemos, assim, que a violência que a mídia cala está presente em nosso cotidiano, de forma dissimulada e ininterrupta, basta relembrar as análises apontadas.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Graal, 2003.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Porto: Presença, 1974.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAUDRILLARD, J. **Tela total**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- BAUMAN, Z. **Europa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- CALEIRO, M. de M. **A Folha de S. Paulo e a infância marginalizada**. 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 5 abr. 2010.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREUD, S. **A história do movimento psicanalítico**: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 214. v. XIV. (Edição standard das obras completas de Freud)
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GREGOLIN, M. do C. **Foucault & Pêcheux na análise do discurso**: duelos & diálogos. São Paulo: Claraluz, 2004.
- LACAN, Jacques. **Meu ensino**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. (Coleção Campo Freudiano no Brasil).
- LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.
- LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LÉVI, G.; SCHMITT, J. C. **A história dos jovens**: da Antiguidade à era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. v. 1.

- MARTINO, L. M. S. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MORIN, E. **O método**: a ética. Porto Alegre: Sulina, 2005. v. 6.
- MOTTA, L. G. As relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, S. D. (Org.). **O Jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Ed. da UnB, 2002.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PINTO, M. da C. **Grandes entrevistas do milênio**: o olhar dos grandes pensadores sobre o mundo atual e suas perspectivas. São Paulo: Globo, 2008.
- REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2002.
- SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs; Sulina, 2006.
- SÓLIO, M. B. **Violência**: um discurso que a mídia cala. Caxias do Sul: Educ, 2010.
- TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “histórias”. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2001.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

Jornais

Correio do Povo, 11 de junho de 2009.

Pioneiro, 18 de março de 2009.

Zero Hora, 28 de março de 2009.

Zero Hora, 27 de julho de 2009.

Zero Hora, 07 de maio de 2009.